



03/10/2025

Número: **0600005-12.2025.6.16.0076**

Classe: **AÇÃO PENAL ELEITORAL**

Órgão julgador: **076ª ZONA ELEITORAL DE MARILÂNDIA DO SUL PR**

Última distribuição : **14/02/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0087.24.000208-6**

Assuntos: **Violência contra a Mulher Candidata ou no Exercício do Mandato Eletivo**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANA (AUTOR)	
JEAN CARLOS MOMENTE BUENO (REU)	
	MARIELI WOGT BUENO (ADVOGADO) ADIMARA MARIA BUENO DA PAZ (ADVOGADO)

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANA (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
129570820	03/10/2025 16:12	Sentença	Sentença



JUSTIÇA ELEITORAL

76ª ZONA ELEITORAL DE MARILÂNDIA DO SUL/PR

AÇÃO PENAL ELEITORAL (11528) Nº 0600005-12.2025.6.16.0076

76ª ZONA ELEITORAL DE MARILÂNDIA DO SUL PR

AUTOR: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

RÉU: JEAN CARLOS MOMENTE BUENO

Advogadas do Réu: MARIELI WOGT BUENO - PR49844, ADIMARA MARIA BUENO DA PAZ - PR40229

SENTENÇA

1. RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Paraná ofereceu denúncia em desfavor de **JEAN CARLOS MOMENTE BUENO**, vereador eleitor do município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, devidamente qualificado nos autos, pela suposta prática do crime de violência política de gênero, previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, por 2 (duas) vezes.

Na denúncia do Ministério Público (ID 128391080), os fatos estão descritos da seguinte forma:

Preâmbulo:

*A vereadora do Município de Marilândia do Sul Cradenil Shibao, ora vítima, integra o movimento suprapartidário “Vote Nelas”, dedicado a ampliar a participação das mulheres na política e, em razão disso, no dia dos fatos, usava uma **camiseta representativa do movimento com a mensagem “Vote Nelas”**.*

1º Fato: No dia 19 de fevereiro de 2024, em horário ainda não precisado nos autos, nas dependências da Câmara Municipal de Marilândia do Sul, localizada a Rua Silvio Beligni, neste município e Comarca de Marilândia do Sul/Pr, o denunciado **JEAN CARLOS MOMENTE BUENO**, de forma consciente e voluntária, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, na condição de Presidente da Câmara Municipal, constrangeu e humilhou a vereadora (portanto, detentora de mandato eletivo), Cradenil Aparecida da Silva Shibao, valendo-se de menosprezo e discriminação à condição de mulher, com a finalidade de dificultar o desempenho de seu mandato eletivo.



Este documento foi gerado pelo usuário 008.***.***-92 em 03/10/2025 20:22:03

Número do documento: 25100316121004100000122126206

<https://pje1g-pr.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25100316121004100000122126206>

Assinado eletronicamente por: GABRIEL KUTIANSKI GONZALEZ VIEIRA - 03/10/2025 16:12:10

De acordo com os autos, no dia dos fatos a vítima estava conversando na sala do assistente parlamentar Luciano Aparecido Ferreira trajando a mencionada camiseta do movimento "Vote Nelas", quando o denunciado ingressou no recinto e disse: **"viu, vou te pedir para não vir com essa camiseta."** Diante da incredulidade da vítima, o denunciado reiterou: **"viu, mas é sério mesmo é bom não vir com esta camiseta muito menos na sessão".**

Diante disso, a vítima informou ao denunciado que fazia parte do Movimento "Vote Nelas Paraná", este continuou a dizer **"ah, então eu vou fazer uma camiseta 'vote nos Buenos' e, ao final, pontou que 'usando a camiseta Vote Nelas estaria ajudando 'as meninas!'".**

Posteriormente, momentos antes a sessão pública ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 19 de fevereiro de 2024, o denunciado Jean Carlos Momente Bueno dirigiu-se novamente à vítima Cradenil Shibao e, na presença do assistente parlamentar Luciano Aparecido Ferreira disse: **"viu, eu não disse que não era para vir com essa camiseta!"**.

2º Fato: No dia 26 de fevereiro de 2024, em horário ainda não especificado nos autos, no plenário da Câmara Municipal de Marilândia do Sul, neste Município e Comarca de Marilândia do Sul, durante sessão pública ordinária, transmitida ao vivo pelo canal oficial da instituição no Youtube, diante de vários parlamentares e cidadãos presentes na sessão, o denunciado Jean Carlos Momente Bueno, agindo com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, após justificar a ausência da vítima e vereadora Cradenil Shibao, novamente a constrangeu e humilhou diante de todos, ao dizer: **"enquanto eu for presidente e tiver o dever de disciplinar as sessões, assim eu vou fazer. Então não vai vir vestido da maneira que quer. Nem o juiz, nem o prefeito, nem ninguém. Imagina se amanhã, o vereador Vilaça (vereador Jucelino Geraldo Vilaça), venha com uma camiseta: 'Eu apoio Hitler', 'Eu apoio as atitudes de Hitler, jamais na minha vida eu vou deixar isso acontecer'.**

Frise-se que tais colocações se deram em razão da vítima utilizar a camiseta acima mencionada referente ao movimento "Vote Nelas Paraná."

Com tais condutas, teria o acusado praticado o tipo penal insculpido no art. 326-B, do Código Eleitoral por duas vezes, em concurso material, restando configurada assim, na visão do parquet, a violência política de gênero.

A denúncia foi oferecida em 14/02/2025 (ID 128391080), sendo recebida em 26/02/2025 (ID 128446578).

O denunciado foi citado em 12/03/2025 (ID 128544947), apresentando resposta à acusação em 24/03/2025 (ID 128616868), na qual, em suma, o acusado argumentou, em relação ao primeiro fato, que teria feito somente um pedido para que a vereadora Cradenil não usasse mencionada camiseta nas dependências da Câmara, pois teria recebido uma recomendação da Controladoria Interna, na qual havia o aconselhamento para que fosse evitada qualquer tipo de promoção pessoal em ano eleitoral. Mencionou que tal apontamento foi feito de forma geral, sem direcionamento exclusivo à vereadora, estando amparado pela imunidade material parlamentar (art. 29, VIII, CF).

No tocante ao segundo fato ocorrido na sessão do dia 26/02/2024, asseverou que o pronunciamento fora realizado de forma institucional, se conteúdo ofensivo ou discriminatório, e que não houve qualquer comparação entre a camiseta "vote nelas" e símbolos de ódio, como alegado. Sustentou que o discurso foi dirigido a todos os parlamentares, sem distinção de gênero, e que não houve intenção de humilhar ou impedir o



exercício do mandato.

Ainda, advogou que agiu albergado pela imunidade material parlamentar decorrente de seu cargo de Vereador, conforme previsto no art. 29, VIII, da CF/88, motivo pelo qual aduz que não haveria crime, na medida em que ambos os fatos imputados ao acusado teriam ocorrido nas dependências da Câmara de Vereadores deste município.

Ao final, o acusado postulou a rejeição da denúncia com base na imunidade material parlamentar, pleiteando a absolvição sumária nos termos do art. 397, incisos I e III, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, requereu absolvição com fundamento no art. 386, incisos I, II, V e VII, do CPP, e a oitiva de testemunhas arroladas.

Acostou-se os antecedentes criminais do acusado (ID 128900309).

Foi realizada audiência de instrução com oitiva das seguintes testemunhas arroladas pelas partes: Cradenil Aparecida da Silva Shibao (vítima), Anderleia Bueno Mileski, Edmilton Carlos da Silva, José Alexandre Hermes, Luciano Aparecido Ferreira, e procedido o interrogatório do acusado Jean Carlos Momente Bueno.

Apenas o Ministério Público apresentou suas razões finais (ID 129403256), pugnando pela condenação do denunciado nos exatos termos da inicial acusatória.

O acusado postulou a reabertura de prazo (ID 129407054), o que restou formalizado pela Serventia, contudo, novamente houve o transcurso do prazo concedido à defesa, sem manifestação.

Vieram os autos conclusos.

Eis o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Os autos estão em ordem. Não há nulidade ou preliminar a ser considerada, eis que se encontram presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. Assim, passo a analisar a materialidade e autoria dos fatos narrados na denúncia, bem como os elementos analíticos do delito.

2.1. DO CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER (art. 326-B do CE)

De início, convém destacar que referido delito se encontra tipificado no art. 326-B, “caput”, do Código Eleitoral, nos seguintes termos:

Art. 326-B. Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Os autos reclamam análise acurada, a fim de se averiguar se restou comprava a materialidade do delito do art. 326-B do Código Eleitoral, imputado à pessoa do acusado. Com efeito, se faz necessário esclarecer que a



violência simbólica contra as mulheres, enquanto agressão não-física, é a mais naturalizada no corpo social, ainda marcado pelo machismo e por fortes resquícios do patriarcalismo, que insistem em legitimar um lugar invisível ou rebaixado às mulheres, empregando mecanismos de anulação da existência ou da representação feminina nos espaços de poder, a partir de discursos de deslegitimação, descredibilizando seus posicionamentos ou a sua capacidade política.

Imprescindível, portanto, compreender o contexto da fala do vereador acusado, a fim de averiguar se este, ao se dirigir à vítima nas duas ocasiões relatadas na denúncia, a constrangeu e a humilhou, menosprezando sua condição de mulher no intuito de lhe prejudicar o exercício do mandato, conforme sustenta o Ministério Público Eleitoral.

Ainda, denota-se que o delito se classifica como formal, o qual se consuma no instante em que praticada a conduta nuclear, com menosprezo ou discriminação à condição de mulher, independentemente de ocorrer o efetivo impedimento ou embaraço ao desempenho do mandato eletivo ou à campanha eleitoral.

Pois bem.

2.1.1. DA MATERIALIDADE E AUTORIA

De pronto, reconheço que o ato de tolher por duas vezes a livre manifestação da vítima, indubitavelmente importou no **constrangimento indevido** revestido do intuito de **discriminação contra a mulher**, considerando que a vereadora tão somente expressava seu apoio e incentivo a ampla participação das mulheres no cenário político, o que nem de perto se assemelha a eventual apoio à ideologia totalitária conhecida como Nazismo, tampouco caracteriza pedido de votos à candidatura particular da vítima.

As atitudes do vereador acusado aliadas ao reforço de seu posicionamento em sede de interrogatório neste juízo, beiram o terraplanismo e assustam as regras de bom senso que se espera do homem médio em uma sociedade plural e igualitária, fruto da inteligência que emana a Constituição Federal Brasileira, espancando qualquer padrão mínimo de respeito à liberdade de manifestação do pensamento, o que vem a ser ainda mais gravoso quando considerada a função pública ocupada pelo acusado, que se encontra em sua quinta legislatura.

Com efeito, considerando o exercício da vereança pela vítima e o local em que ocorreu os fatos, resta cristalino que a conduta do acusado superou a mera instrução ou recomendação de conduta conforme alegado, vindo a de fato constranger a então vereadora - em duas ocasiões - a deixar de expressar seu apoio a campanha que capitaneava neste município, restringindo assim o livre exercício de seu mandato mediante a clara tentativa de aumento de representação feminina nos espaços de poder, o que caracteriza o especial fim de agir exigido no tipo legal imputado.

Aliás, é preciso atentar-se ao contexto dos fatos no qual evidencia-se que a vítima foi a única vereadora atingida de maneira imediata e desregrada pela ordem **abusiva e autoritária**, imposta em meio às atividades de vereança dela (1º fato), e em plenário durante sessão ordinária (2º fato), que inclusive, ao arrepio do bom senso às garantias fundamentais, contou com o apoio de outros 2 (dois) vereadores (*Edmilton Feliciano* e *Carlinhos da Bandeirantes*), conforme manifestado durante a sessão ordinária ocorrida no dia 26/02/2024 (2º fato), atos que indevidamente reforçaram o entendimento ilícito do presidente da câmara em exercício, sem qualquer garantia de espaço para discussão ou apresentação de eventuais ideias contrárias, algo esperado no debate político e democrático, necessariamente ferindo o pluralismo político.



Ao reagir negativamente à manifestação de pensamento da vereadora vítima, usando o plenário da Câmara Municipal de Marilândia do Sul/PR para palco de autoritarismo mediante discurso de ordem e indignação, comparando a camiseta e a atividade da vítima ao nazismo, o denunciado, seguramente, tentou menosprezar a atuação da vereadora com nítida referência à sua condição de mulher, insinuando que ela estaria utilizando da camiseta com a frase “vote nelas” com o intuito exclusivo de angariar votos para sua própria candidatura, ou ainda para “as meninas”, desprezando qualquer efeito prático e legítimo de tal militância para referido grupo.

Vejo, pois, que, diferente do que sustenta a defesa, a fala do vereador, permeada por expressões com requinte de superioridade incontestável, abominando o pluralismo, não se tratou de uma mera crítica à vestimenta da vereadora, ou o prestígio às recomendações da controladoria interna em ano eleitoral. Em verdade, tal discurso consistiu numa explícita tentativa de deslegitimar e apequenar o mandato da vereadora mulher, pelo simples fato desta defender a abertura de mais espaço às mulheres no cenário político, ignorando a clara identificação geral e abstrata que a frase da vestimenta da vereadora propagava.

Também foi ventilado o argumento de que o acusado estaria amparado pela imunidade material parlamentar (art. 29, VIII, CF).

Sobre este argumento, conforme já pontuado quando do recebimento da denúncia, a liberdade de expressão, corolário da imunidade parlamentar prevista na Constituição Federal, não pode ser usada como escudo protetivo para prática de crimes. Embora o denunciado, na condição de vereador, tenha feito a fala delituosa nas dependências da respectiva casa de leis, não se pode compreender que as ofensas proferidas guardem pertinência com o exercício do mandato, sob pena de esvaziar a eficácia e efetividade da norma penal incriminadora no ambiente onde mais tem se mostrado propício à ocorrência do delito de violência política contra a mulher.

Embora prevaleça em nosso ordenamento jurídico de que o parlamento é o local por excelência para o livre mercado de ideias, a mesma liberdade de expressão política que hoje protege os direitos e interesses da vítima, também merece ser considerada nas razões do acusado, todavia, ainda que vigorosa tal garantia, há a necessidade de se ponderar e fazer prevalecer os limites da civilidade, visto que a inviolabilidade parlamentar não pode ser utilizada como escudo para a clara agressão à direito fundamentais e a proferição de discursos enraizados de machismo, discriminação social, autoritarismo e ofensa ao pluralismo político.

Os discursos do vereador contra a ofendida, a despeito de travestidos de uma cobrança ácida por respeito às recomendações da controladoria interna, na realidade, consistiu cintilante ofensa à ampliação da participação feminina na política, com pitadas de machismo estrutural, autoritarismo, ignorância da lei e da livre manifestação do pensamento, projetando sua então posição de Presidente da respectiva Câmara Municipal a grau de hierarquia inexistente no funcionalismo público, flertando com a ideia de “monarquia”, forma de governo em que não há espaço a questionamentos de quem ocupa o mais alto grau da corte.

Tais falas e “opinião” do acusado, estão carregadas com o claro propósito de diminuir e constranger a vítima, utilizando-se de termos/expressões atreladas ao poder, autoridade, império, e ainda apresentando seu luminoso desprezo à campanha em tela, o que por corolário atinge a vítima por sua condição de mulher.

Assim, atento a tais circunstâncias bem delineadas no caderno processual, não vejo outra interpretação possível senão a de que o acusado praticou o delito tipificado no art. 326-B, “caput”, do Código Eleitoral, por 02 (duas) vezes, em concurso material, nos termos do art. 69, “caput””, do Código Penal, tendo se dirigido à ofendida, então vereadora mulher, utilizando-se de menosprezo à condição de mulher, discriminação, com o



intuito de dificultar o desempenho de seu mandato eletivo, restando **seguramente demonstrada a materialidade e autoria** delitiva.

No tocante à autoria, em reforço, conforme se evidencia das teses defensivas e das oitivas com as testemunhas e interrogatório do acusado, convém enfatizar que resta incontroversa nos autos a dinâmica dos fatos conforme narrados na denúncia, isto é, as duas oportunidades em que o acusado proferiu discursos contrários à conduta da vítima de tão somente utilizar certa camiseta com a expressão “vote nelas”. Além disso, destaque que o segundo fato foi praticado durante sessão pública ordinária, transmitida ao vivo pelo canal oficial da casa de leis no YouTube, e se encontra disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=px7S-4ZRmto>, o que reforça a certeza da autoria.

Em arremate, a tese defensiva, em suma, não nega a existência e/ou autoria dos fatos conforme narrados na denúncia, tão somente se apoiando na tese de que o acusado teria feito meros apontamentos à vítima e aos demais vereadores num contexto geral, seguindo a orientação recebida da controladoria interna, sem direcionamento exclusivo à vereadora.

Assim, comprovadas a existência do fato e sua autoria, verifico que as condutas praticadas pelo acusado se adequam perfeitamente ao tipo penal previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, pelo que a única conclusão possível é a **condenação** do acusado.

2.1.2. DO CONCURSO DE CRIMES

Analisando detalhadamente o caso, entendo que ficou evidente que o acusado mediante mais de uma ação, praticou dois crimes idênticos em concurso material, qual seja, violência política contra a mulher (art. 326-B do CE), incidindo a regra do art. 69 do Código Penal, eis que se trata de crimes que possuem desígnios distintos.

3. DISPOSITIVO

Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO** formulado na denúncia e **CONDENO** o réu **JEAN CARLOS MOMENTE BUENO**, nas **sansões penais previstas o art. 326-B, “caput”, do Código Eleitoral, por 2 (duas) vezes, em concurso material, nos termos do art. 69, “caput”, do Código Penal.**

CONDENO o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais, com fulcro no art. 804 do Código de Processo Penal.

Em razão disso, passo a dosar as respectivas penas a ser-lhe aplicadas, em estrita observância ao disposto no art. 68, “caput”, do Código Penal.

3.1. DO CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER (art. 326-B do CE) - 1º FATO

3.1.1. Circunstâncias judiciais

Analisando o previsto no artigo 59 do Código Penal, tenho que o réu agiu com **culpabilidade exacerbada**, uma vez que a sua condição de vereador na 5º (quinta) legislatura tornam a conduta ainda mais censurável; ostenta a condição de primário, sendo que poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade; os motivos não destoaram do normal; **as circunstâncias do crime são desfavoráveis**, uma vez que praticadas ao arrepio do que se espera no recinto de uma casa de leis e na presença de várias



pessoas; as consequências do delito mostram-se normais ao tipo; por fim, o comportamento da vítima não contribuiu para a prática delitiva.

À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente, e atento às condições econômicas do condenado, levando-se em consideração a remuneração percebida pelo cargo atualmente ocupado, fixo a pena-base em 01 ano e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 120 dias-multa, cada um no equivalente a 1/5 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, tornando-a definitiva, ante a ausência de atenuantes/agravantes e minorantes/majorantes.

3.1.2. Circunstâncias atenuantes e agravantes

Não restou configurada nenhuma das circunstâncias agravantes ou atenuantes (art. 65 do CP).

Assim, mantenho a pena intermediária em 01 ano e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 120 dias-multa.

3.1.3. Causas de aumento e diminuição de pena

Na terceira fase, não há causas de aumento ou de diminuição de pena, de sorte que **fixo a pena definitiva em 01 ano e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 120 dias-multa.**

3.2. DO CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER (art. 326-B do CE) - 2º FATO

3.2.1. Circunstâncias judiciais

Analisando o previsto no artigo 59 do Código Penal, tenho que o réu agiu com **culpabilidade exacerbada**, uma vez que a sua condição de vereador na 5ª (quinta) legislatura tornam a conduta ainda mais censurável; ostenta a condição de primário, sendo que poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade; os motivos não destoaram do normal; **as circunstâncias do crime são desfavoráveis**, uma vez que praticado em dia de sessão no plenário da Câmara Municipal de Marilândia do Sul, portanto, na presença de várias pessoas – inclusive com transmissão e armazenamento na rede mundial de computadores (Youtube) - o que facilita sua divulgação; as consequências do delito mostram-se normais ao tipo; por fim, o comportamento da vítima não contribuiu para a prática delitiva.

À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente, e atento às condições econômicas do condenado, levando-se em consideração a remuneração percebida pelo cargo atualmente ocupado, fixo a pena-base em 01 ano e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 120 dias-multa, cada um no equivalente a 1/5 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, tornando-a definitiva, ante a ausência de atenuantes/agravantes e minorantes/majorantes.

3.2.2. Circunstâncias atenuantes e agravantes

Não restou configurada nenhuma das circunstâncias agravantes ou atenuantes (art. 65 do CP).

Assim, mantenho a pena intermediária em 01 ano e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 120 dias-multa.

3.2.3. Causas de aumento e diminuição de pena



Na terceira fase, não há causas de aumento ou de diminuição de pena, de sorte que **fixo a pena definitiva em 01 ano e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 120 dias-multa.**

3.3. DO CONCURSO DE CRIMES

Por fim, em sendo aplicável ao caso a regra insculpida no art. 69 do CP, frente a existência de duas ações, as quais importaram na prática de (dois) crimes, com desígnios autônomos, os quais tiveram suas penas individuais dosadas em patamares idênticos, procedo aos seus somatórios, **totalizando 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 240 dias-multa, cada um no equivalente a 1/5 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato delituoso.**

3.4. Em atenção ao art. 33, §§2º e 3º, c/e art. 59, ambos do CP, fixo o regime aberto para o réu iniciar o cumprimento da pena lhe imposta.

3.5. Todavia, verifico que, no caso em apreço, torna-se **cabível** a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, uma vez que o réu preenche os requisitos alinhados no art. 44 do CP, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito.

Assim sendo, observando o disposto pelo art. 44, § 2º, 2ª parte, e na forma dos art. 45, § 1º e art. 46, ambos do CP, **SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos**, quais sejam, a de prestação de serviço à comunidade e de prestação pecuniária, por se revelarem as mais adequadas ao caso, como forma de promover compreensão do caráter ilícito da conduta do réu, sendo àquela consistente em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo a ser estipulado em audiência admonitória, em local a ser designado na fase da execução, devendo ser cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado; e a segunda, no pagamento do valor de 1 (um) salário mínimo vigente à época do fato delituoso, para ser convertido na aquisição de cestas básicas a serem entregues a entidades públicas ou privadas em funcionamento neste município que possuam destinação social.

3.6. Por fim, com supedâneo no art. 594, do CPP, frente a primariedade e os bons antecedentes do réu, bem como estarem ausentes quaisquer motivos ensejadores da prisão preventiva, **concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade.**

3.7. DA REPARAÇÃO DOS DANOS

O agente ministerial, quando do oferecimento da denúncia, requereu a fixação de valor mínimo para reparação dos danos morais experimentado pela vítima em decorrência da infração penal. Nos termos do inciso IV do artigo 387 do Código de Processo Penal, o juiz, ao proferir a sentença condenatória, "*fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pela ofendida.*"

Como bem pontuado pelo parquet, referidos prejuízos não se restringem a danos materiais e podem ser concedidos na hipótese em que se verificarem tão somente danos imateriais, como o caso dos autos.

Aliás, pertinente sinalizar que nos autos restou evidente que a vereadora ré por certo ostentou sozinha os malefícios da conduta autoritária e descabida perpetrada pelo réu, já que nítida, inclusive pela oitiva de seus pares em juízo, que não houve um colega sequer que a defendesse em plenário (2º fato), já que a vítima não se fazia presente em referida solenidade, denotando assim gravidade superior à esperada em situações



análogas.

Ainda, é preciso considerar que até os dias atuais o vídeo da sessão ordinária do dia 26/04/2024 continua disponível na rede mundial de computadores, através do link já citado acima, sendo possível que a conduta do réu possa ser assistida por qualquer pessoa e ainda continue reverberando efeitos negativos.

Sendo assim, devidamente comprovada a prática dos ilícitos penais pelo réu, fixo, a título de valor mínimo para reparação dos danos morais infligidos à vítima, o valor de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, por se mostra valor suficiente a recompor parte dos danos experimentados pela vítima, também considerada a inexistência de maiores informações a respeito da efetiva condição socioeconômica do réu.

Ainda, **CONDENO o vereador réu, ainda na atual legislatura, a REALIZAR um pedido público de desculpas à vítima**, reconhecendo a impertinência e gravidade de suas falas, nos mesmos moldes em que ocorreu o 2º fato, isto é, em sessão ordinária transmitida via YouTube e/ou outro meio atualmente praticado por referida casa de leis para transmissão em tempo real das sessões realizadas, vinculando esta futura transmissão àquela publicada no dia 26/04/2024, a fim de atingir o mais próximo da reparação completa dos danos provocados com sua conduta.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, tomem-se as seguintes providências:

4.1. Anote-se o nome do réu no rol dos culpados;

4.2. Lance-se no Sistema ELO a suspensão dos seus direitos políticos, dado o disposto no art. 15, III, da Constituição Federal;

4.3. Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no art. 686 do CPP;

4.4. Voltem os autos conclusos para designação de audiência admonitória.

Marilândia do Sul, Estado do Paraná

Data registrada em sistema.

Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz da 76ª Zona Eleitoral

